

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.841 - RJ (2019/0291618-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO
ADVOGADO : BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948
AGRAVADO : JÚLIA RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADOS : ISABELLE LOUREIRO DE ALMEIDA - RJ170269
LEONARDO FRANÇA DE SOUZA - RJ207860
AGRAVADO : VIAÇÃO VILA RICA LIMITADA
ADVOGADO : ROSELI MARTINS XAVIER PINTO - RJ074069
AGRAVADO : FRANCISCO ERIVANDO BENEDITO DA COSTA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE PROVAS. 3. MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONSIDERADOS PROTETÓRIOS. REEXAME. SÚMULA N. 7 DO STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Companhia Mutual de Seguros – Em Liquidação, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 75):

Ação indenizatória. Gratuidade de Justiça. Empresa em liquidação extrajudicial. Ausência de demonstração cabal do direito a gratuidade de justiça.

Decreto de liquidação extrajudicial da agravante, que por si só, não caracteriza o estado de miserabilidade jurídica que a impossibilite, automaticamente, de arcar com as despesas processuais, não sendo suficiente para aferição do real de seu patrimônio, aliado ao fato de ter apresentado carta junto SUSEP que informa a possibilidade de negociação de 40% das ações do capital votante pelo montante de cem milhões de Reais.

Assistência jurídica gratuita que para ser deferida deve ser comprovada a efetiva insuficiência de recursos, como exige disposição

Superior Tribunal de Justiça

constitucional, não demonstrada.

Decretação da liquidação extrajudicial da Seguradora não é suficiente para a aferição do real de seu patrimônio e sua verdadeira condição de arcar, ou não, com as custas deste processo, descabendo, portanto, condicionar o pagamento na hipótese de existência de ativo satisfatório.

Conhecimento e não provimento do recurso.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 101-107).

Nas razões do recurso especial, a insurgente alegou violação aos arts. 98, 99, § 2º, 489, 1.022, 1.025 e 1.026 do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca dos seguintes pontos: i) sua situação de miserabilidade econômica devidamente comprovada nos autos; e ii) a impossibilidade de indeferimento da gratuidade, sem a oportunidade de juntada de novos documentos.

Aduziu ser indevida a aplicação da multa disposta no art. 1.026 do CPC/2015, porquanto os embargos de declaração opostos não tinham intuito protelatório.

Contrarrazões apresentadas às fls. 151-165 (e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade (e-STJ, fls.168-172).

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não incidindo em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se

Superior Tribunal de Justiça

mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Em relação à gratuidade de justiça, insta salientar que a pessoa jurídica, ainda que não possua fins lucrativos, deverá comprovar sua hipossuficiência para que seja deferido o benefício. Ademais, "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

Na espécie, o Tribunal de origem consignou que, a despeito de a recorrente estar sob regime de liquidação extrajudicial, não há presunção de sua impossibilidade em arcar com o pagamento das despesas do processo, concluindo pela inexistência de provas aptas a demonstrar a alegada hipossuficiência.

Neste contexto, a modificação de tal entendimento demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta eg. Corte entende que é possível a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.
2. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie. Precedentes.
3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017)

Cumprе destacar a inaplicabilidade à hipótese dos autos do § 2º do art. 99

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/2015 (impossibilidade de indeferimento do pedido de justiça gratuita, sem possibilitar à parte a comprovação do direito ao benefício), porquanto, consoante destacado nas razões do recurso especial, o requerimento do estado de miserabilidade foi acompanhado de vasto conteúdo documental.

Por fim, no que tange à multa do art. 1.026 do CPC/2015, registre-se que, salvo em hipóteses excepcionais, não é possível, na via do recurso especial, desconstituir o entendimento do Tribunal de origem que concluiu pelo caráter protelatório dos embargos de declaração opostos na origem, aplicando, com isso, a referida sanção processual, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator